

Notas sobre a superexploração da força de trabalho no Brasil no século XXI

Edneia Alves de Oliveira*
Anderson Martins Silva**

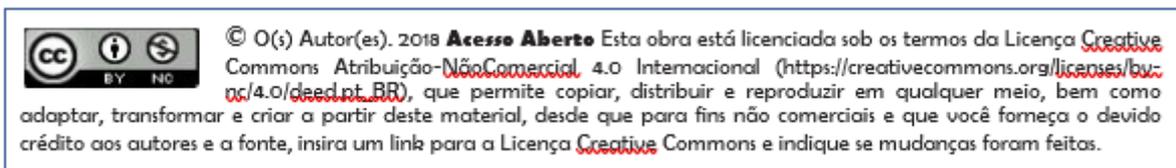
RESUMO: Este artigo objetiva analisar a relação entre a superexploração da força de trabalho no Brasil e a acumulação de capital. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental através de dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) e pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE). Os resultados obtidos nos permitem constatar que a superexploração da força de trabalho no país, nas primeiras décadas do século XXI, é um fenômeno que se manifesta pela via da permanência do arrocho salarial, da alta carga tributária sobre a classe trabalhadora e nas mudanças em curso na legislação trabalhista implementadas para contra-arrestar a queda tendencial da taxa de lucro e garantir a acumulação capitalista.

PALAVRAS-CHAVE acumulação capitalista; superexploração da força de trabalho; Brasil.

Notes on the super-exploitation of the labor force in Brazil in the 21st century

ABSTRACT: This article aims to analyze the relationship between the super-exploitation of the labor force in Brazil and the accumulation of capital. The methodology used was bibliographic and documentary research through data obtained by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the System of National Accounts (SCN) and the Latin American Institute of Socioeconomic Studies (ILAESE). The results obtained allow us to verify that the super-exploitation of the labor force in the country, in the first decades of the 21st century, it is a phenomenon that manifests itself through the permanence of the wage squeeze, the high tax burden on the working class and in the ongoing changes in the labor legislation implemented to counter the tendency for the profit rate to fall and to guarantee the capitalist accumulation.

KEYWORDS: capitalist accumulation; super-exploitation of the labor force; Brazil.



* Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Coordenadora do Grupo de pesquisa Trabalho, Mercado de Trabalho e Serviço Social (CNPq) e do grupo de pesquisa dýnamis – Grupo de Estudos em Teoria Social e Crítica da Economia Política (CNPq).

** Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Marília). Mestre e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do grupo de pesquisa dýnamis – Grupo de Estudos em Teoria Social e Crítica da Economia Política (CNPq). Bolsista CAPES.

Introdução

Nosso objetivo neste artigo é introduzir de forma sumária a relação entre a superexploração da força de trabalho e a acumulação capitalista em curso no Brasil nos últimos anos. Nas obras *Subdesenvolvimento e Revolução* (2013), *Dialéctica de la dependencia* (1991) e do diálogo com as reflexões de Osório (2013; 2018), Carcanholo (2013; 2019) e Luce (2012) acerca da problemática da dependência, encontramos um amplo material para subsidiar o debate que será travado nesse artigo. A categoria da superexploração da força de trabalho, desenvolvida por Ruy Mauro Marini nos anos de 1970, tem sido utilizada por alguns autores para explicar o processo de atraso nas economias ditas periféricas, caso do Brasil. Embora os estudos de Marini sejam de décadas passadas, entendemos que suas análises encontram elementos para explicar o movimento de acumulação capitalista em curso e suas tendências e contra tendências de queda da taxa de lucro apontadas por Marx (2017). Tal afirmação pode ser elucidada pelas diversas mudanças nas leis trabalhistas e também na permanência do arrocho salarial sobre grandes frações da classe trabalhadora no país.

Para corroborar nossa hipótese nos debruçamos sobre dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) e pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE). Com base nesses dados procuramos apresentar indícios de que a superexploração da força de trabalho – particularmente a apropriação de parte do fundo de consumo dos trabalhadores pelo capital – conformou-se como um dos fundamentos da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras décadas do século XXI. Ou seja, nas últimas décadas observamos uma avassaladora entrada de preceitos capitalistas denominados de neoliberalismo, neodesenvolvimentismo ou ultraliberalismo que constituem-se como mecanismos do capital para contra-arrestar a queda tendencial da taxa de lucro sob a justificativa de reduzir custos sociais do trabalho e flexibilizar leis trabalhistas como forma de recuperar a renda e o emprego, além de sobretaxar a classe trabalhadora com impostos diretos e indiretos para gerar o decantado *superávit* primário. O resultado tem sido por um lado, a subordinação e dependência do país aos ditames do capital internacional e suas agências internacionais representadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) e, por outro, a manutenção de altos níveis de pobreza.

A superexploração da força de trabalho na teoria marxista da dependência

A teoria marxista da dependência (TMD) foi desenvolvida a partir dos anos 1960, notadamente por Theotônio dos Santos (1983), Vania Bambirra (2012) e Rui Mauro Marini

(1991; 2013) com o objetivo de apreender a particularidade do desenvolvimento histórico do capitalismo dependente na América Latina (AL). Tratava-se, por um lado, de um acerto de contas com as análises marxistas mecanicistas, que procuravam enquadrar o desenvolvimento particular das economias dependentes nas “fórmulas” extraídas da análise do desenvolvimento do capitalismo inglês levada a cabo por Marx e, por outro, de submeter a crítica à teoria do desenvolvimento produzida no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) ao longo dos anos 1950-1960. No bojo de tais formulações, Marini desenvolveu a categoria da superexploração da força de trabalho como fundamento do capitalismo dependente.

Como indica Carcanholo (2013), não é casual o resgate a partir da segunda metade dos anos 1990 e mais intensamente a partir dos anos 2000 da TMD. Esse período sinaliza o momento em que há um aprofundamento da dependência das economias dos países periféricos, em boa medida pela adoção de um modelo cujas premissas baseiam-se na implementação do ideário neoliberal. É importante salientar que entendemos por neoliberalismo a definição adotada por Carcanholo (2019), que atesta ser este apenas uma fase do capitalismo que visa à reprodução ampliada na sua escala mais elevada, resgatando primórdios do capitalismo cuja máxima é a extração da mais valia absoluta e relativa e a alta concentração e centralização da riqueza, que, nessa fase, se expressam, sobretudo, na esfera do capital financeiro, portador de juros.

De acordo com Marini em *Subdesenvolvimento e Revolução* (2013), a AL se insere no sistema capitalista mundial em formação a partir da expansão mercantilista da Europa no século XVI. A decadência posterior dos pioneiros – Portugal e Espanha – deu lugar à dominação Inglesa e a imposição de sua hegemonia sobre a região. Nos três primeiros quartos do século XIX, momento em que o capitalismo industrial se consolidava na Europa – particularmente na Inglaterra – as economias latino-americanas foram convocadas a ter uma “participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve europeia” (MARINI, 2013: 48). Destacamos que a ruptura do monopólio colonial ibérico e o desenvolvimento do processo de independência política na América Latina encerrado ao final do século XIX propicia a expansão dos mercados consumidores e mais ainda a criação de mercado interno nesses países permitindo a ampliação do mercado mundial. Desse momento em diante passou a ocorrer a integração dinâmica dos novos países latino-americanos ao mercado mundial.

Merece destaque o advento dos Estados Unidos da América (EUA) e da Alemanha como potências imperialistas também nesse período, impondo novas formas de conceber as relações

comerciais e de trabalho, exigências típicas de um capitalismo alicerçado em mudanças contínuas para garantir o processo de acumulação de capital em consonância com sua expansão territorial. Na esfera comercial, a influência norte-americana foi notável, na medida em que passou a manifestar-se nos países da região, particularmente no Brasil, uma tendência ao direcionamento das exportações para os EUA.

No ensaio *Dialéctica de la dependencia* (1991), Marini analisa que a criação da grande indústria moderna teria enfrentado fortes obstáculos sem a participação dos países dependentes. Sem acesso aos bens-salário fornecidos pelos países da periferia, a industrialização da Europa dependeria apenas de sua produção agrícola interna, bloqueando, desse modo, a capacidade produtiva que a industrialização desses países já tornava evidente. Assim, a expansão da classe operária industrial, das indústrias e dos serviços verificadas ao longo do século XIX nos países industriais não ocorreria sem os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. De acordo com Marini (1991) a ampliação da oferta de meios de subsistência pelas economias dependentes teve como efeito a redução do valor da força de trabalho nos países industriais, incrementando a produtividade e elevando as taxas de mais valia. Essa foi a base que permitiu a especialização dos países industriais na produção de manufaturados.

Para além do fornecimento de bens salários aos países industriais, a AL também contribuiu para a conformação de uma fonte de matérias-primas industriais, importante para a consolidação da grande indústria nascente e crescente. Conforme salientou Marini (1991) a exportação de matérias-primas se revelaria como a tendência mais duradoura nos países da AL. Porém, a contribuição da AL não se limitou ao aumento da quantidade de bens salário e matérias-primas fornecidas aos países industriais, sua participação no mercado mundial contribuiu decisivamente para que o “eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa”, como bem destacado por Marini (1991: 11-12, tradução nossa). Ou seja, passa a ser cada vez mais central para acumulação capitalista o desenvolvimento da tecnologia e sua utilização na grande indústria como forma de extrair mais-valor da classe trabalhadora (MARX, 2013).

Ainda seguindo nas análises de Marini (1991), na troca entre as economias dependentes e as industriais, dada a maior produtividade do trabalho nas últimas, estas se apropriam de parte da mais-valia produzida nas primeiras, configurando-se uma troca desigual. As nações afetadas por essa troca desigual não procuraram corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor das mercadorias exportadas, optando por compensar as perdas sofridas nas relações comerciais internacionais por meio de uma maior exploração da força de trabalho. Isto é, a “apropriação

do valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação” (MARINI, 1991: 21, tradução nossa).

Com o objetivo de compensar a perda de mais-valia decorrente da troca desigual com os países industriais, as economias dependentes reagiram, a partir do plano da produção interna, implementando a superexploração da força de trabalho por meio do aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho e, por fim, convertendo o fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação do capital. Os três mecanismos destacados “configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 1991: 24, tradução nossa). Em tais circunstâncias, a produção nas economias dependentes se fundamenta no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, permitindo a diminuição da composição orgânica do capital, que combinada à intensificação da exploração da força de trabalho resulta numa elevação considerável das taxas de mais valor e de lucratividade do capital. Deste modo, temos que,

nos três mecanismos considerados, a *característica essencial*, está dada pelo fato de que *são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho*: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro, e no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar a força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 1991: 24-25, tradução e grifos nossos).

Osório (2013) salienta que a superexploração da força de trabalho é particularidade que consiste na violação do valor dessa força de trabalho. No bojo da Teoria Marxista da Dependência (TMD) tal categoria, a superexploração da força de trabalho, “constitui o eixo de uma proposta teórica central para tornar inteligíveis os processos e relações que operam no capitalismo dependente em sua imbricação com o sistema mundial capitalista” (OSÓRIO, 2013: 49). Dentro dessa perspectiva encontramos uma rica análise de Carcanholo (2013: 76), quando afirma que a “(super) exploração da força de trabalho, antes de ser uma ideia exclusiva do plano subjetivo, teórico e conceitual, é uma determinação real da forma como o modo de produção capitalista se desenvolve”. Portanto, podemos considerar que na análise dos autores supramencionados, a superexploração da força de trabalho consiste, para além das particularidades, subjetividades e análises conceituais, como uma determinação concreta e objetiva da acumulação do capital.

Cabe ressaltarmos que tal forma de exploração da força de trabalho foi considerada por Marx (2017: 274) no livro III d'O Capital – ainda que apenas empiricamente e não como uma categoria – uma das “causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro”. Na perspectiva de análise da teoria social de Marx, a tendência de queda da taxa de lucro pode ser amenizada quando se reduz o valor dos salários, quando se introduz maior tecnologia ou ainda quando se utiliza de jornadas mais intensas e extensas ou todos estes fatores combinados como vem ocorrendo desde os anos de 1970 em diversos países do centro e mais acentuadamente em países da periferia capitalista.

Osório (2018) sinaliza que em Marx, o valor da força de trabalho deve levar em consideração os meios de vida necessários para assegurar a subsistência do trabalhador e que o modo de satisfazer suas necessidades e de sua família (alimentação, moradia, saúde, educação, descanso e lazer), são produzidos historicamente. O prolongamento e a elevação da intensidade da jornada de trabalho na esfera da produção, rebatem no valor total da força de trabalho e nas condições de vida futuras, permitindo que o capitalista possa comprar essa força de trabalho por um salário abaixo de seu valor. No capitalismo dependente, prossegue Osório (2018), existem as condições objetivas para que o mecanismo fundamental de exploração do capital se manifeste na forma da superexploração.

O autor chileno (2018) destaca três fatores que compõem essa dinâmica. O primeiro seria a ruptura do ciclo de capital presente nos padrões de reprodução ocorridos desde os processos de independência em que se destacam a vocação exportadora e a estrutura produtiva que impede que os trabalhadores participem da realização dos bens produzidos. O segundo fator seria as perdas de valor no mercado mundial sofridas pelo capitalismo dependente por meio de transferências e intercâmbio desigual. Esse processo representa respostas do capital mediante a apropriação presente do fundo de consumo dos trabalhadores e que impacta futuramente nos anos de trabalho e de vida desses trabalhadores, devido a ampliação e intensificação das jornadas de trabalho. O terceiro fator é a abundante força de trabalho existente nos países de capitalismo dependente que favorece a pressão dos baixos salários e de condições precárias de trabalho.

Para os autores que analisam a TMD, a superexploração da força de trabalho constituiu-se como fundamento da economia dependente. Segundo Marini (2013), a industrialização em condição de dependência, particularmente a partir de 1930, estava voltada fundamentalmente para a substituição de importações necessárias ao consumo das camadas médias e altas da sociedade. Para propagar a dinâmica deste segmento populacional no mercado consumidor, subtraiu-se das outras frações da classe trabalhadora a renda que permitia sua inserção nesse

mesmo mercado consumidor, seja através de salários muito baixos ou ainda pela ausência de políticas de renda para sua inserção no consumo. Nesse sentido, o cenário era perfeito para a realização da superexploração da força de trabalho, pois parte significativa da classe trabalhadora desses países ficavam com o ônus do arrocho salarial e da ausência de políticas de renda, o que privilegiava o consumo de frações muito específicas da classe trabalhadora.

Acrescemos ainda o fato de que nesses países já nos anos pós primeira guerra mundial, quando acelera-se a pressão por crescimento industrial, houve um fluxo enorme de trabalhadores do campo para as cidades a fim de formar uma massa sobrando o que gerou uma superpopulação relativa nas três fases destacadas por Marx¹ (2013). Nesse sentido o desemprego nas cidades já se torna um fato presente nessas economias, respeitando a particularidade de cada país latino americano, mas que combinado à crescente importação de tecnologias modernas de produção contribuiu para agravar a situação dos trabalhadores mais pauperizados e com baixa qualificação, na medida em que, expandia acentuadamente o desemprego e subemprego, sem o qual não seria possível manter a superexploração da força de trabalho.

No Brasil data de 1930 o maior impulso à industrialização. É também nesse período que assistimos a uma crescente expulsão do trabalhador rural para a cidade formando um exército industrial de reserva. Para Oliveira (2017), a expulsão dos trabalhadores do campo associada a inexistência de legislações trabalhistas e/ou políticas de renda permitiram a formação de uma massa sobrando apta a se inserir no mercado de trabalho em condições muito precárias, com salários abaixo do poder de compra do mínimo necessário para as reais necessidades das famílias e com direitos trabalhistas reduzidos ou inexistentes. Frederico (2009) acrescenta que para os trabalhadores do campo que aportavam nas cidades a condição de trabalho, embora precária, era muito superior à realidade vivida na zona rural em que os meios de consumo e serviços sociais eram inexistentes ou de difícil acesso. Isso favoreceu, inclusive, o baixo poder reivindicativo e organizativo da classe trabalhadora brasileira, favorecendo à dinâmica da superexploração.

Com o avanço da industrialização no país, tal quadro pouco se alterou, apesar de existirem algumas legislações trabalhistas e benefícios como previdência social, regulamentação de férias e jornadas de trabalho, estes se restringiam a determinadas categorias

¹ Marx (2013) divide a superpopulação relativa em três segmentos. O primeiro ele denomina de latente e refere-se a trabalhadores da que migram de um trabalho a outro em decorrência dos momentos de crise e expansão da produção. A segunda é denominada de flutuante e caracteriza os trabalhadores do campo que buscam trabalho na cidade e a terceira a estagnada, formada por indivíduos que não encontram emprego no mercado de trabalho, seja pelas suas condições físicas ou pela falta de qualificação para tal.

de trabalhadores, em especial aqueles inseridos nos setores chaves para o funcionamento da indústria nascente. Soma-se ao contexto o fato de que os negros, parte considerável da população brasileira, ocupavam postos de trabalho em que a superexploração da sua força de trabalho era mais acentuada que a dos brancos, corroborando a lógica exposta por Marini (2013)². Mesmo com a chegada das empresas transnacionais, durante o período desenvolvimentista, a situação não se alterou, prevalecendo os melhores salários e condições de trabalho aos segmentos médios e com maior grau de instrução e os baixos salários e escassos serviços sociais aos trabalhadores que não possuíam tais características. Ou seja, continuou como marca do nosso desenvolvimento econômico e social a subtração de renda dos mais pobres para garantir renda e consumo aos mais ricos, além das longas e intensas jornadas de trabalho e o fundo de consumo dos trabalhadores sendo apropriado para fins de acumulação do capital.

Nos períodos subsequentes em que vigorou a ditadura civil-militar, a situação não se reverteu. A continuidade da política de industrialização por meio de substituição de importações - vigente entre os anos 1930 e 1964 - nos governos civis-militares aprofundou os mecanismos de superexploração da força de trabalho. O ingresso de capital estrangeiro e o não investimento em tecnologias para alavancar a produção industrial e o consumo interno reforçou os rasgos da nossa formação sócio histórica. O alto endividamento externo, mecanismo utilizado para recuperar as taxas de lucro dos países industrializados, serviu como mais um elemento para imposição de um arrocho salarial à amplos setores da classe trabalhadora e a limitação de nosso mercado interno aos estratos médios e altos da classe trabalhadora, além da tendência à alta informalidade e desemprego que permaneceu ao longo dos 21 anos do regime ditatorial.

O resultado é que no Brasil, desde o início da industrialização, assim como em outros países latino americanos, foi negado a grande parcela dos trabalhadores as condições de reprodução “normal” de sua força de trabalho, ocasionando o seu esgotamento prematuro. Tal foi a solução encontrada pelas classes dominantes das economias dependentes para compensar a transferência de mais-valia – troca desigual - para os países industriais e garantir seus lucros. Assim, da perspectiva de Marini (2013, p. 52), a “superexploração do trabalho [superexploração da força de trabalho, N.A] constitui [...] o princípio fundamental da economia subdesenvolvida” com todas as mazelas sociais – “baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” – que marcam o capitalismo dependente.

² Para uma análise mais aprofundada da influência do europeu colonizador nas relações de trabalho na América Latina ver Quijano (2005).

Superexploração da força de trabalho e acumulação: concentração e desigualdade social no Brasil no século XXI

Segundo Arcary (2014), a reabertura democrática no Brasil ocorreu em meio a duas décadas (1980-1990) de estagnação econômica. Os problemas relacionados a inflação enfrentados pelo país na década de 1980 foram resolvidos pelos governos neoliberais da década de 1990 por meio de um “arrocho social regressivo” que teve como resultado a conformação de uma economia periférica de baixo crescimento. Tal movimento minou a possibilidade das reformas graduais, características do reformismo social democrata, de modo que, as limitações estruturais do capitalismo mundial, assim como da particularidade brasileira pós década de 1970, sugerem o agravamento da superexploração da força de trabalho pela via do arrocho salarial, do aumento do desemprego e do crescimento exponencial dos quadros de pobreza da população brasileira.

No mesmo sentido, Carneiro (2002) sugere que a política econômica de preservação da estabilidade monetária implementada nos anos 1990 – particularmente a partir do Plano Real – no Brasil, tem como elemento central o caráter restritivo do gasto público que, combinado com as privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, dependência, vulnerabilidade externa e dominância do capital financeiro, contribuiu para a conformação ao fim da década de um baixo dinamismo na economia brasileira.

Embora o baixo dinamismo da economia nacional, a classe trabalhadora brasileira obteve ganhos no início do Plano Real em relação ao seu poder de compra. Contudo, tais ganhos não lograram em uma ruptura com a lógica da superexploração da força de trabalho. As medidas adotadas pelo governo FHC orientaram-se no sentido da criação de um plano de estabilidade econômica combinado com um ajuste estrutural para atender as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) resultando em uma contenção de gastos públicos em especial em áreas sociais como saúde e educação. Ou seja, o legado dos anos ditatoriais associado aos governos Sarney, Collor/Itamar e FHC evidenciaram que a retomada da economia a partir de pressupostos neoliberais sinalizava para uma perspectiva de garantir o interesse de nossos credores - pagamento da dívida externa – por meio da realização sistemática do *superávit* primário.

As análises de Filgueiras e Gonçalves (2007) apontam para a continuidade da política de matiz liberal ao longo dos governos do PT, sugerindo a ocorrência no período da consolidação do modelo liberal periférico caracterizado pela liberalização, privatização, desregulamentação das relações de trabalho, subordinação, vulnerabilidade externa estrutural e dominância do capital financeiro. Soma-se a isso o aumento do desemprego estrutural, da alteração de leis trabalhistas para favorecer o capital, resultando, nas palavras de Oliveira

(2017), num processo de precarização desprotegida e dos investimentos em programas assistenciais de baixo custo e caráter focalizado em detrimento do investimento em políticas de caráter universal, além do desarme da classe trabalhadora (IASI, 2012).

Como destaca Costa (2013), não houve ruptura dos governos do PT com as políticas neoliberais. Ou seja, a partir de 2003 manteve-se o núcleo duro da proposta neoliberal vigente no Brasil ao longo dos anos 1990. Os governos do PT utilizaram a articulação entre empresas, bancos públicos, fundo público e fundos de pensão dos trabalhadores, para impulsionar um amplo movimento de concentração e centralização de capital nas esferas financeira e produtiva, contribuindo para o fortalecimento internacional de importantes grupos nacionais. Nesse sentido, permaneceu como uma das características fundamentais do capitalismo brasileiro na primeira década do século XXI o alto grau de concentração do capital. Concomitantemente, a social democracia retardatária não implementou as medidas características do reformismo social democrata europeu. o que se presenciou nesse período foi a retirada de renda das ditas classes médias para transferir para os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora (CARVALHO, 2018). Em um sentido próximo, Netto (2017, p. 86) chama a nossa atenção para a conjugação no Brasil da era PT do “minimalismo assistencialista” com a “repressão extraeconômica às camadas pauperizadas”.

Observando a política fiscal iniciada durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e mantida durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva, percebe-se que esta foi orientada pelas recomendações estabelecidas nos acordos firmados entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma perspectiva presente desde 1988 de modo a favorecer o capital financeiro. Conclusão também defendida por Salvador (2012, p.129), quando analisa o orçamento público durante os dois mandatos de Lula (2003-2010), constatando que o Brasil continuou ostentando uma carga tributária de caráter regressivo que atua como mecanismo a favor da concentração de renda “agravando o ônus fiscal dos mais pobres e aliviando o das classes mais ricas”, característica que vai ser mantida nos governos de Dilma Rousseff.

Romero, Andreassy e Godeiro (2014) salientam que um dos aspectos que nos permitem comprovar tal tendência é a queda inexpressiva da concentração de renda. Embora alguns dados indiquem uma diminuição da concentração de renda, como exemplifica o leve aumento do Coeficiente de Gini³ de 0,595 em 2000 para 0,543 em 2010 e 2011. Este aumento pode ser atribuído aos programas e políticas adotadas ao longo dos governos petistas, como o Bolsa

³ Destacamos que o Índice de Gini mais próximo de zero representa menos desigualdade social.

Família. O mesmo podemos dizer com relação aos salários, haja vista que durante os governos PT foi apontado que a classe trabalhadora obteve ganhos com relação ao salário real, o que pode levar a uma compreensão equivocada da alteração da dinâmica da superexploração da força de trabalho, como apontado por nós.

Diante do exposto podemos considerar que a desigualdade social, a concentração de renda e superexploração da força de trabalho não se alterou no Brasil ao longo das últimas décadas. Os dados disponibilizados abaixo corroboram nossa hipótese. Segundo Romero, Andreassy e Godeiro (2014), entre 1970 e 2011 a produção de riqueza e a população brasileira aumentaram mais de duas vezes. Do ponto de vista populacional passamos de 93,1 milhões na década de 1970 para 192,4 milhões em 2011. Do ponto de vista da produção de riqueza, nosso Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) era na década de 1970 de 5.238 dólares por habitante, ao passo que em 2011 passamos a produzir 12.688 dólares por habitante.

A observação dos dados disponibilizados pelo DIEESE (2016) acerca da variação do salário mínimo real entre 1983 e 2016 – valores corrigidos em R\$ de 2016 –, permite distinguirmos duas trajetórias distintas. No período entre 1983 (R\$ 870,88) e 1995 (R\$ 383,73) há continuidade do arrocho salarial iniciado pela ditadura, visto que, a trajetória é de queda acentuada do poder de compra dos salários, enquanto, a partir de 1996 (R\$ 389,65) inicia-se a reversão dessa trajetória que se intensifica ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), culminando em 2016 (R\$ 880,00) na aproximação do valor real do mínimo vigente no início dos anos 1980 - 50% do valor do mínimo real em 1940, quando foi definido por Getúlio Vargas. Após a trajetória de aumentos reais, no pós-golpe, sob Temer, o poder de compra do salário volta a cair (DIEESE, 2020).

Para ilustrar, a comparação da variação do salário mínimo nominal com a variação do *salário mínimo necessário* permite observar que durante os governos petistas os rendimentos da grande maioria dos trabalhadores brasileiros se mantiveram abaixo do valor de sua força de trabalho, comprovando a relação da superexploração da força de trabalho nos países dependentes – 95% dos empregos gerados corresponderam a remunerações de até 1,5 salários mínimos (POCHMANN, 2012). Tomando como base o mês de janeiro, em 1995 – início do governo FHC – o salário mínimo nominal era de R\$ 70,00 ao passo que o salário mínimo necessário era de R\$ 723,82 (mais de sete vezes o valor do primeiro); em 1999 – segundo mandato FHC – eram respectivamente R\$ 130,00 e R\$ 880,93; ao fim do primeiro mandato de Lula em janeiro de 2007 eram R\$ 350,00 e R\$ 1.565,61 (mais de quatro vezes o valor do primeiro); no início do primeiro mandato de Dilma em 2011 o mínimo nominal era R\$ 540,00 e o mínimo necessário era R\$ 2.194,76; na iminência do golpe em 2016 verificamos

respectivamente, R\$ 880,00 (mínimo nominal) e R\$ 3.795,24 (mínimo necessário); em 2017 observamos um salário mínimo nominal de R\$ 937,00 e o mínimo necessário de R\$ 3.811,29; em 2018 correspondia respectivamente a R\$ 954 e R\$ 3.752,65; em 2019 verificamos um salário mínimo nominal de R\$ 998,00 e um mínimo necessário de R\$ 3.928,73 e por fim; em 2020 atingimos a marca de R\$ 1.039,00 para o primeiro e R\$ 4.420,11 para o último (DIEESE, 2019).

Os dados apontados revelam que, apesar da política de valorização do salário mínimo real verificada ao longo dos governos PT, a superexploração da força de trabalho – por meio da apropriação pelo capital do fundo de consumo dos trabalhadores – permanece vigente como fundamento da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras duas décadas do século XXI. A grande maioria dos trabalhadores brasileiros ainda enfrenta dificuldades para sobreviver contando com apenas um quarto da renda que seria necessária para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho em condições consideradas normais.

Além dos indicadores de distribuição pessoal da renda (DPR) fornecidos pelas PNADs e Censos do IBGE que captam a “distribuição dos rendimentos que as pessoas, famílias ou domicílios recebem”, e do Índice de Gini comumente utilizados pelos especialistas ao discutir a evolução da desigualdade social no Brasil, consideramos necessário para uma caracterização mais precisa da situação vigente no país a observação do indicador de distribuição funcional da renda (DFR). O DFR consiste em uma “ótica de análise distributiva que visa analisar a repartição do Produto Interno Bruto (PIB) ou da Renda Nacional (RN) entre os proprietários de capital (renda do capital) e os trabalhadores assalariados (renda do trabalho)”, ou em outras palavras, nos permite observar a distribuição da renda entre os capitalistas, os trabalhadores e os proprietários de terra, considerando a parcela da renda correspondentes a salários, lucros e aluguéis (PEREIRA, 2017: 16). Assim:

A DFR é considerada uma Distribuição Primária da Renda, pois se refere à renda antes das transferências e dedução de impostos, ou seja, antes de qualquer redistribuição dos rendimentos. Assim, esse é um dos motivos que justificam a importância de uma análise conjunta da DFR e DPR para uma compreensão mais acurada do quadro distributivo, visto que os dois tipos de distribuição são mensurados em momentos diferentes do processo de apropriação da renda (PEREIRA, 2017: 17).

Com base nos dados fornecidos por Pereira (2017), sobre a soma do conjunto dos rendimentos dos trabalhadores e dos autônomos, a participação dos Rendimentos do Trabalho na Renda Nacional caiu de 52% para 46% entre 1990 e 1994, se elevou 10% entre 1994 e 1995 (56%) – período de implementação do Plano Real – e voltou a cair sistematicamente até o ano de 2004 quando correspondia a cerca de 50% da Renda Nacional. Entre 2004 e 2014

verificamos uma nova trajetória, ocorrendo a elevação da participação do rendimento do trabalho na renda do país, que passou de 50% em 2004 para 52% em 2014, pouco acima do nível verificado em 2003 (51%) após dois mandatos de FHC. A consideração dos rendimentos dos autônomos como parte do rendimento do trabalho pode levar a superestimação ou subestimação destes últimos. Logo abaixo apresentamos como isso pode ocorrer quando analisamos a parcela dos salários na Renda Nacional sem considerar os rendimentos dos autônomos.

Nas condições demarcadas, a parcela dos salários variou de 45% em 1990 para 40% em 1994, subindo para 42% em 1995 e, partir de então estabeleceu-se uma trajetória de queda até 2004 quando voltou a corresponder a aproximadamente 40% da Renda Nacional, tal como em 1994. De 2004 a 2014 verificamos uma trajetória ascendente com variação dos rendimentos do trabalho de aproximadamente 40% em 2004 para 43% da Renda Nacional em 2014, acima dos 39% observados em 2003 ao fim dos governos FHC.

Ao compararmos a relação entre os salários reais (SR) e a produtividade do trabalho na década de 1990 e nos anos 2000, percebemos dois movimentos distintos. Entre 1990 e 2000, exceto no ano de 1999, ocorreu um forte aumento da produtividade do trabalho, ao passo que entre 2000 e 2006 a produtividade se estabiliza, voltando a crescer no período 2006-2013. Enquanto isso, após uma forte queda do SR entre 1990 e 1991, o valor do SR foi retomado em 1993, verificando-se entre 1993 e 2003 uma estabilidade dos salários com tendência decrescente, a partir de então verificou-se um forte aumento dos salários reais até 2013 (PEREIRA, 2017). Assim, observamos que, de um lado, entre 1993 e 2003, dada a estabilidade com tendência decrescente do SR, o aumento da produtividade do trabalho no período contribuiu sobremaneira para a diminuição da parcela dos salários na RN e, por outro, a forte tendência de alta do SR entre 2003 e 2013 constituiu-se como uma das grandes responsáveis pela elevação da parcela dos rendimentos do trabalho na RN no período. Como sinaliza Luce (2012), a pequena melhoria da participação dos trabalhadores na RN que destacamos, não foi capaz de alterar o nível de desigualdade entre os rendimentos do capital e do trabalho.

Não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que, parte significativa da inserção da classe trabalhadora no consumo a partir dos anos 2000 teve como fundamento a expansão do crédito verificada ao longo dos governos PT, ou seja, a subordinação ainda maior dos trabalhadores ao capital financeiro pela via do endividamento e a formação de bolhas especulativas, dada a incerteza acerca da solvência da dívida contraída pelos trabalhadores (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014). Segundo a Associação Brasileira de Bancos – ABBC (2018), em dezembro de 2006, ao fim do primeiro mandato Lula, 24% das famílias

brasileiras estavam em dívida com o capital financeiro; em 2010, ao fim do segundo, 39% haviam se endividado; dando continuidade a trajetória de endividamento crescente das famílias ao longo dos governos PT. Em dezembro de 2015, meses antes do golpe, 45% das famílias encontravam-se endividadas.

O quadro fica mais completo, quando observamos que, parte significativa do endividamento das famílias – aproximadamente 25% em 2015 – ocorreu na compra da casa própria, que no nosso entendimento, foi estimulada em grande medida pela execução do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os dados apresentados evidenciam a manutenção da dominância financeira sobre a economia brasileira – característica do neoliberalismo – ao longo dos governos do PT (GONÇALVES, 2012; 2013).

Ainda no âmbito da renda, com relação às políticas de transferência de renda, acreditamos ser fundamental para a compreensão da postura do Estado frente às classes em luta no período, a consideração tanto das transferências feitas a classe trabalhadora, quanto daquelas feitas ao capital e suas diferentes frações, via pagamento de juros e amortizações da dívida pública, investimentos estatais e isenções fiscais. O governo FHC pagou ao capital financeiro entre 1994 e 2002 R\$ 6,1 trilhões, enquanto nos dois mandatos de Lula foram pagos R\$ 5,7 trilhões e sob Dilma até 2012 haviam sido pagos R\$ 1,46 trilhão. Apesar do volume dos pagamentos referidos o valor da dívida só aumentou, passando de R\$ 0,3 trilhão em 1994, R\$ 1,2 trilhão em 2002, R\$ 2,7 trilhões em 2010 e R\$ 3,7 trilhões em 2012.

Assim no período de 1995 a 2010 a participação dos ativos dos bancos no PIB brasileiro cresceu substancialmente, intensificando-se sobremaneira ao longo dos dois mandatos de Lula. Verificamos que em 1995 o PIB foi de R\$ 2,341 trilhões e a participação dos ativos bancários de R\$ 0,598 trilhão (26% do PIB) em 2000, respectivamente, R\$ 2,689 trilhões e R\$ 1,252 trilhão (47% do PIB), em 2003 R\$ 2.720 trilhões e R\$ 1.331 trilhão (49% do PIB), e por fim em 2010 o PIB de R\$ 3,674 trilhões foi ultrapassado pelos ativos nas mãos dos bancos que atingiram o valor de R\$ 4,385 trilhões de reais (119% do PIB) (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014).

Observamos que o programa Bolsa Família – carro chefe da política social na era PT – transferiu aos trabalhadores em 2011 e 2012, respectivamente, R\$ 17 bilhões e R\$ 18 bilhões, ao passo que, nos mesmos anos, o governo transferiu ao capital financeiro via pagamento de juros e amortizações da dívida pública, respectivamente, R\$ 708 bilhões e R\$ 753 bilhões, ou seja, aproximadamente 42 vezes o valor transferido aos trabalhadores por meio do Bolsa Família (ROMERO; ANDREASSY; GODEIRO, 2014).

Aos escassos investimentos em políticas de assistência social soma-se os baixos ou iníquos investimentos em políticas de saneamento básico, saúde, educação, dentre outras, o que não permite a redução de gastos da classe trabalhadora pela prestação de serviços sociais oferecidos pelo governo. O mesmo podemos dizer com relação às políticas passivas de emprego, como exemplifica o seguro desemprego, com cobertura temporal e financeira insuficiente para prover renda em tempo hábil para a reinserção do trabalhador no mercado formal de trabalho. Com a ausência de políticas passivas de emprego a informalidade no país permanece em alta, como marca da nossa relação de trabalho. Por informais nos referimos aos trabalhadores sem carteira assinada, domésticos sem carteira assinada, autônomos sem contribuição à previdência, empreendedores sem CNPJ. No período de 2012 a 2016 a taxa de informalidade no Brasil ficou em torno de 42%, segundo Chahad (2019).

À informalidade acrescentamos a precariedade das relações de trabalho. As mudanças nas leis trabalhistas, justificadas para ampliar o mercado formal de trabalho acentuam estas características, pois são reflexos de uma política para contra-arrestar a queda tendencial da taxa de lucro e aumentar os ganhos de capital, apostando no arrocho salarial, na expansão da jornada de trabalho e na redução de benefícios trabalhistas. A reforma trabalhista que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o congelamento do teto dos gastos são exemplos desta realidade. A Lei nº 13.467 de julho de 2017, associada a PEC do teto dos gastos aprovada como EC 95 em 2016 são evidências da necessidade de recuperação das taxas de lucro de parcelas do grande capital nacional e internacional.

Tal fato pode ser comprovado pela concentração da renda. Os números de 2014 mostram que 50% dos mais pobres detinham cerca de 5,7 % da renda do trabalho e, em 2019 este percentual diminuiu para 3,5%. “Já os 10% mais ricos da população que recebiam cerca de 49% do total da renda do trabalho em meados de 2014 aumentaram para 52% no início de 2019, um aumento de 30% na fração da renda apropriada pelos 10% mais ricos” (OREIRO e PAULA, 2019, p. 7).

Do ponto de vista da renda, como destacado por Luce (2012), a privação hodierna de amplas camadas da classe trabalhadora brasileira do acesso à alimentação normal, habitação, vestuário, higiene e transporte sugere que, apesar dos esforços levados a cabo pelo PT por meio das políticas de valorização do salário mínimo e da transferência de renda via Bolsa Família, a superexploração da força de trabalho por meio da apropriação pelo capital de parte do fundo de consumo dos trabalhadores permanece como um dos fundamentos da acumulação capitalista no Brasil nesse início de século XXI.

Considerações finais

Diante do exposto, inferimos que nos países dependentes, caso do Brasil, a superexploração da força de trabalho consiste na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor em decorrência do aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho e da conversão do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação do capital, de modo que, são negadas a grandes parcelas dos trabalhadores as condições de reprodução normal de sua força de trabalho, ocasionando o seu esgotamento prematuro. Essa foi a solução encontrada pelas classes dominantes das economias dependentes para compensar a transferência de mais-valia aos países industriais e garantir seus lucros. Nesse sentido, a categoria da superexploração da força de trabalho desenvolvida por Marini nos anos de 1970 constitui ainda um dos fundamentos sob o qual se desenvolveram as economias dependentes.

Os dados apontados nos revelam que a política de valorização do salário mínimo real verificada ao longo dos governos PT e as transferências de renda via Bolsa Família, não foram capazes de alterar o nível de desigualdade entre os rendimentos do capital e do trabalho no Brasil, existindo indícios de que a superexploração da força de trabalho – por meio da apropriação pelo capital do fundo de consumo dos trabalhadores – permanece vigente como fundamento da acumulação capitalista no Brasil nessas primeiras duas décadas do século XXI, de modo que, em 2020 a grande maioria dos trabalhadores brasileiros apropria-se de apenas um quarto da renda que seria necessária para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho em condições consideradas suficientes para prover minimamente sua sobrevivência.

Referências bibliográficas

- ABBC. *Endividamento das famílias*. 2018, disponível em: <<http://www.abbc.org.br/images/content/Endividamento%20das%20Fam%C3%ADlias%20-20Mar%C3%A7o%202018.pdf>>. Acesso em 24 de novembro de 2018.
- ARCARY, V. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Sundermann, 2014.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular/IELA, [1972] 2012.
- CARCANHOLO, M. Neoliberalismo y dependencia contemporánea: alternativas de desarrollo en América Latina. In: VIDAL, Paula Molina (org). *Neoliberalismo, neodesarollismo y socialismo bolivariano. Modellos de desarrollo y políticas públicas en América Latina*. Santiago do Chile, Ariadna Ediciones, 2019. p. 33-50.
- CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria da superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org) *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, 2013. p. 71-97.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP/IE-UNICAMP, 2002.
- CARVALHO, L. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

- CHAHAD, J. O mercado de trabalho brasileiro- 2012/2019. Retrospectivas e perspectivas. Temas de Economia Aplicada. Informações Fipe, set. 2019. Disponível em: <<https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif468-7-22.pdf>>. Acesso em 14 de abril de 2020.
- COSTA, E. A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil. São Paulo: ICP, 2013.
- DIEESE. Salário Mínimo: pela manutenção da valorização! Nota técnica n. 218, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec218SalarioMinimo.html>>. Acesso em 24 de junho de 2020.
- _____. *Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: <www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 24 de junho de 2019.
- _____. Política de Valorização do Salário Mínimo: valor para 2016 é fixado em R\$ 880,00. *Nota técnica* n.153, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec153SalarioMinimo2016.html>>. Acesso em 24 de junho de 2018.
- DOS SANTOS, T. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Belo Horizonte: Vega, 1983.
- FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula*. 1º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FREDERICO, C. Classes e lutas sociais. In: CFESS; ABEPSS (orgs) Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- GONÇALVES, R. *Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores*. 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2018.
- _____. Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas. In *Revista da Sociedade Brasileira de Economia*. São Paulo, nº 31, p. 5-30, fevereiro 2012.
- IASI, M. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR et al, E (orgs.) *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- IBGE. *Sistema de Contas Nacionais*. 2017.
- LUCE, M. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.32, p.119-141, jun. 2012.
- MARINI, R. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 4º. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- _____. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1991.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NETTO, J. P. *Ensaio de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017.
- OLIVEIRA, E.A. *A política de emprego na Itália e no Brasil: a precarização protegida e a precarização desprotegida*. Editora CRV, Curitiba, 2017.
- OREIRO, J; Paula, L. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar>. Acesso 09 de abril de 2020.
- OSÓRIO, J. Fundamentos da superexploração. In ALMEIDA FILHO, N. (org) *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, 2013.
- OSORIO, J. Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente. *CEC*. Ano 4, Nº 8, p.153-181, 2018.
- PEREIRA, D. *Distribuição funcional da renda no Brasil (1955-2014)*. Natal, 2017, 106 pp. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- POCHMANN, M. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade*

do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>.

Acesso 10 de maio de 2020.

ROMERO, D; ANDREASSY, É; GODEIRO, N. *Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do governo do PT.* São Paulo: ILAESE, 2014.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR et al, E (orgs.) *Financeirização, fundo público e política social.* São Paulo: Cortez, 2012.